

10  
2010

# R

# evista de História da Sociedade e da Cultura

Tomo II



Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Universidade de Coimbra

Coimbra

**PROSPERI, Adriano - *Dar a alma. História de um infanticídio*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2010, 505 p. (tradução do original italiano *Dare l'anima. Storia di un infanticidio*. Torino: Giulio Einaudi, 2005)**

Em Dezembro de 1709, Lucia Cremonini, uma jovem residente em Bolonha, deu à luz um menino. Era filho de uma brevíssima e extemporânea relação que mantivera com um padre, durante o Carnaval daquele ano. No dia do parto, o recém-nascido foi morto. A causa do óbito foi uma ferida contusa, visível na boca e no pescoço “com incisão de veias, artérias e nervos”. Lucia confessou o hediondo e violento crime, o modo como utilizara uma faca para matar o filho e como cogitara enterrá-lo, para que ninguém soubesse que estivera grávida. Foi defendida por um “advogado dos pobres”, que sublinhou como ela não agira por uma maldade co-natural ou pelo desprezo dos íntimos e naturais laços que unem uma mãe a um filho. Tratara-se de um acto de necessidade, para evitar a perda da honra. Esta, nos estratos mais humildes da sociedade, não se herdava, não vinha no sangue do berço, e só se podia preservar com base na opinião dos vizinhos. Lucia, uma moça nova, que sempre fora tida pelos párocos e pela comunidade como uma rapariga honrada, não podia ver perdida e destruída para sempre a sua. De nada lhe valeu. Em Janeiro de 1710 Lucia foi enforcada na Piazza Maggiore de Bolonha. Não teve direito a ser enterrada e, como era usual, o seu corpo foi entregue para as aulas de anatomia da Universidade de Bolonha. No espaço de cerca de um ano, de um Carnaval a outro, a praça onde folgara transformou-se no palco onde uma multidão assistiu à sua morte.

Tudo isto consta dos autos do processo que permitiu a Adriano Proserpi reconstituir este singular drama. Deles partiu para uma aliciante pesquisa sobre o infanticídio, a vida, o baptismo, a alma, a justiça, o perdão. Este, tal como se escreveu, é o acto que pode “anular todo o passado” e, como bem recorda o autor, evitando equívocos tão comuns nas abordagens dos romances e filmes ditos históricos, um sentimento que, como todos os outros, também tinha uma história (p. 362). Tal como, escrevo eu, há uma história para contar e perceber de todos os outros assuntos elencados.

No livro, além destas questões amplas e decisivas - tanto em abstracto, como na própria construção da obra -, outras de mais circunscrita projecção

foram abordadas. O elenco seguinte não as esgota: o culto do Santíssimo Sacramento; os massacres perpetrados sobre comunidades judaicas sob acusação de que tinham realizado rituais em que matavam um menino cristão; os sabbaths de bruxas; as modalidades e significados da escolha de um nome dado no baptismo; o celibato sacerdotal; as celebrações carnavalescas propiciadores da inversão da ordem social; o modo de comportar o olhar para que ele se preservasse casto e devoto; as relações entre os sexos no seio dos grupos populares; a violência do estupro e o papel passivo que se esperava da mulher nas relações com os homens; o ensino catequético e a instrução em geral (incluindo a dos afectos) nos meios populares; a experiência do tempo da gravidez; a preferência pelos filhos relativamente às filhas (o que neste caso agravava o infanticídio cometido); a perfeição do corpo humano e as “monstruosidades”; o destino das crianças mortas sem baptismo; o problema da possibilidade da salvação para os não baptizados que a nova geografia do mundo moderno agudizou; os milagres e santuários dedicados a ressuscitar as crianças mortas sem baptismo para que pudessem ser baptizadas; a noção, as práticas e os debates médico-teológicos sobre a cesariana, entendida não como um simples acto médico, mas como um procedimento religioso que tinha por função “dar a alma” a uma criatura (isto é baptizá-la para se poder salvar); as práticas abortivas e as teorias sobre o desenvolvimento do feto e as origens da vida humana; as relações entre as feições do rosto e a essência do espírito que o transporta; a emergência setecentista dos direitos humanos e os seus fundamentos; a encenação ritual de uma execução à pena capital e a centralidade desse tipo de morte; a memória social dos ritos; a prática do “conforto” aos condenados à pena capital, pois a morte era um momento decisivo para os cristãos, até porque, o seu Deus, em Cristo, também tinha sido condenado à morte pela Justiça (p. 375).

No fundo, a partir do caso concreto de Lucia Cremonini, e no exercício da sua compreensão, a pesquisa tornou-se verdadeiramente caleidoscópica do ponto de vista dos temas abordados, transformando-se, sem que inicialmente o leitor disso tenha plena consciência, numa abordagem que se aproxima do que se poderia considerar uma miragem, uma utopia: a elaboração de uma História total (apesar de ela já ter sido proposta por Karl Marx, em termos distintos dos que aqui se praticaram).

E o autor assim terá projectado a sua pesquisa, pensando a maioria destas questões numa linha de longa duração tanto cronológica como espacial. Essa é outra marca a realçar. Este estudo é de verdadeira história comparada, e visita exemplos desde a Inglaterra à Alemanha, da Suécia e Dinamarca até Itália, tocando, entre outros, a China, o folclore eslavo, e até a África. Em incursões que com enorme lucidez e bem fundamentadas atravessam o tempo, num vaivém constante, desde a Grécia clássica (séc. VI-V a. C.) até ao presente, com decisivas fixações no período romano e nos anos chave da patrística medieval, para ouvir vozes que se projectaram duradouramente em toda a civilização ocidental.

Outra marca fortíssima deste estudo é a da profunda articulação da História, não exclusivamente a de Lucia, com a vida. Prosperi lembra com admirável beleza e fina sensibilidade como a História não se pode limitar a reconstruir passados para, como dizia Ranke, esclarecer como “realmente aconteceram as coisas”. Precisa de “abraçar” a realidade, sabendo que ela foi fixada no tempo, não sendo, por conseguinte, passível de alteração. Mas esse tempo deixou sinais, indícios que se podem “abraçar”, isto é “compreender” (p. 26). No processo de Lucia os juizes quiseram reconstruir o crime, mas deixaram de lado perguntas fundamentais: por que motivo é que ela assim agiu, o que significaria a alma para aquela jovem mulher e para os seus contemporâneos? etc. Quero com isto significar que neste livro e a partir da descodificação de sinais, o autor não se limitou a reconstruir a história de um crime, “debruçado sobre os ombros dos juizes” (p. 28). Foi muito mais além para compreender o que se passou. Para saber quem foi Lucia e como é que uma história singular pode deixar de ser vista como um episódio banal, recorrente, repetitivo, irrelevante, para se pensar como algo único, inconfundível, como “uma cor destinada a nunca mais reaparecer”. No fundo, pensar os dados individuais que ligam a História à própria vida. Numa indagação que não se confina à História, é muito mais ampla, é filosófica, talvez até metafísica, sobremaneira no cap. 6 do ponto “O filho, a semente e a alma”, ao tratar dos significados que esta tinha, e onde apenas se pode duvidar se algumas das reflexões propostas podiam ter perpassado o espírito de uma jovem mulher de origem humilde.

Está-se perante um livro em profundo diálogo com o presente. Época de vertiginosa produção informativa, que remete cada vez mais para segundo

plano (afritivamente) a necessária suspensão do tempo que o acto de pensar reclama. Mas igualmente um presente onde há mistérios que continuam a perturbar a consciência da experiência humana: a morte e a vida. E é precisamente no contexto dos debates candentes em muitas sociedades contemporâneas ocidentais sobre a interrupção voluntária da gravidez, a engenharia genética, a clonagem, a preservação de embriões, o conhecimento e possibilidade de interferência nos códigos do DNA, o direito à vida, a eutanásia, ou até a pena de morte, que surge este estudo de Prospero. Não, obviamente, como uma resposta mediática e de moda, destinada ao efêmero universo do espaço informativo com que a opinião pública, em geral, se alimenta, numa avidez que tem tanto de primário como de superficial. Mas antes como o resultado de quem reconhece a complexidade do mundo, o desafio instigante do seu conhecimento e a contaminação profunda do presente pelo passado, numa dimensão que lhe é, por essência, imanente. No fundo, trata-se da consciência de quem sabe que sem a História é impossível perceber integralmente o que se é em cada presente, e como a desvalorização crescente da mesma História que se vai instalando nas sociedades ocidentais – de que os historiadores são também responsáveis (porventura os principais culpados) –, está lentamente a destruir as possibilidades que ainda restam de constantemente se pensar o que somos, compreendendo por que é que nos fomos tornando nisso mesmo, sabendo, todavia, que um qualquer passado pode sempre desaguar numa enorme quantidade de diversos futuros. A liberdade de ser no presente não está nunca decapitada. Para perceber este impacto do passado no presente, bastará recordar a importância duradoura que teve uma decisão da Congregação do Santo Ofício romano, de 4 de Março de 1679. Ela condenou os defensores da licitude do aborto provocado antes da fase em que se considerava que o feto tinha alma, o que conduziu a um recrudescimento do rigorismo das posições da Igreja face ao assunto daí em diante e, de certo modo esteve na génese da emergência de uma contradição interna do próprio discurso católico, como bem nota Prospero (p. 324). Sustentava-se que uma criança sem baptismo ainda não tinha alma, e defendia-se que desde etapas iniciais da concepção a criatura estava animada, o que justificava a negação da contraceção. Teria sido esta ambiguidade, esta questão de palavras, como o autor a definiu, a conferir uma atenção especial a outro vocábulo: pessoa. Quando é que

um ser se tornava uma pessoa? Pois esta palavra, como hoje bem se sabe, tem implicações decisivas em muitas questões candentes e essenciais.

Apesar de se saber que assim é, retomo a ideia da desvalorização hodierna do conhecimento histórico, neste tempo de profundas convulsões e, conseqüentemente, de “extremos perigos”, reclamar-se-ia, como propôs Walter Benjamin “que o anjo da História volte a olhar para a paisagem que tem às costas” (p. 406). Mas a minha sensação é a de que a proposta Benjamin é, também ela, uma espécie em vias de extinção.

A arquitectura do livro tem tanto de surpreendente como de profundamente original, apesar de marcada por traços fortes de uma história narrativa. Tudo foi muito bem pensado, aproveitando as preciosas fontes italianas, as sugestões da *microstoria*, a abordagem dos contextos em que se inscrevem e determinam as escolhas individuais. Nisto também é um trabalho exemplar.

A obra tem três partes, que creio não perderiam em ser melhor explicitadas do ponto de vista formal através da sua designação. A primeira é “A HISTÓRIA” e compõe-se de três capítulos. Um para explicar o processo judicial de Lucia. Os dois restantes dedicadas à análise da história do infanticídio. A abrir para esclarecer que a mãe não foi sempre a protagonista da acusação de infanticídio, e que antes houve uma obsessão das sociedades ocidentais em canalizaram para o judeu e para a bruxa o drama da morte das crianças. A terminar para tratar da passagem do infanticídio de pecado a crime. Aqui se deixou claro que este, sobretudo de crianças do sexo feminino, sempre foi usual nas sociedades camponesas, onde havia limitações objectivas entre a terra disponível e a força de trabalho masculino existente. No fundo, a constatação da velha lei malthusiana de que os nascimentos eram regulados pela quantidade de recursos materiais. Foi na Modernidade europeia - na continuação de um debate aberto no mundo romano, segundo alguns por pressão do cristianismo que nele nasceu (mas lembrando-se que Ovídio já condenara o infanticídio praticado pelas mulheres que queriam preservar a sua beleza) -, que se forjou, na esteira “do direito familiar romano o acelerado avanço dos poderes estatais rumo ao controlo da gestação e do nascimento” (p. 61), um conjunto de medidas penais cada vez mais severas contra a prática do infanticídio. Tal sucedeu ao mesmo tempo em que tanto a Igreja como o Estado pretenderam circunscrever a sexualidade ao interior do casamento, condenando as relações extra-matrimoniais,

declarando a “ilegitimidade” dos filhos fora do matrimónio e reservando a prostituição e outras formas de exclusão à mulher desonrada. Segregação social que objectivamente protegia o homem e discriminava e culpabilizava a mulher, contribuindo para a acentuação da sua imagem negativa (a fonte de todo o pecado) tal como emergia, por norma, do discurso eclesiástico. Em suma, impôs-se uma “rígida canalização da reprodução da espécie para o interior da família como instituição, enquanto as relações não tuteladas pelo matrimónio foram criminalizadas” (p. 71). Ora, quando o pecado deu lugar ao crime judiciário, esse teve apenas uma protagonista: a mulher, mãe sem ter marido legítimo. E os castigos pensados foram da mais severa violência, insofríveis para a sensibilidade hodierna. Em 1405, Francesca de Pistoia foi condenada à morte. Percorreu o caminho até ao patíbulo montada de costas num burro e carregando, pendurado ao pescoço, um saco com o bebé que matara. Outras foram enterradas vivas, empaladas, queimadas, por norma exibidas às multidões em espectáculos destinados a dissuadir pelo terror, receita igualmente usada nos autos-da-fé inquisitoriais aplicada aos heréticos. Padrão que se começou a alterar no *século das luzes*, quando alguns autores, entre os quais Goethe, abriram as portas a uma via que haveria de fazer o seu caminho, substituindo a dureza do castigo sobre a mãe infanticida, pela tentativa de compreensão do drama, da angústia e do sofrimento das que tiraram a vida aos filhos.

O autor tem aguda consciência da dificuldade de fazer uma história do infanticídio, devido à escassez dos traços que esses actos deixaram no tempo (p. 60). Daí que a indagação se tenha feito mais pela elaboração de “esboços” e inventariação de “problemas”. Também por aqui o livro é de enorme importância enquanto caminho para as possibilidades da História, assumindo uma dimensão muito instrutiva e até pedagógica. Há muitas áreas que os historiadores sabem da dificuldade de abordar, mas é sempre possível por via do engenho do questionário analítico sondar as sombras do “restolho do tempo”, para usar feliz expressão da autoria de Fernando Catroga. Não a convoco casualmente. Prosperi teria lucrado com a leitura de algumas das obras deste autor, sobretudo as que tratam da questão da memória.

A segunda parte intitula-se “OS ACTORES: PESSOAS E NÃO PESSOAS” e é composta por dois grupos de seis capítulos cada. Esta é uma parte absolutamente fascinante do livro. Como problema historiográfico e

como arquitectura e concepção da narrativa. Pretendia saber-se mais dos protagonistas, mas dada a escassez das fontes que falariam sobre eles, indagou-se a sociedade e o que dela se pode saber em situações semelhantes. Assim se construiu uma trama em dois tempos, pensados a partir de passos do processo que inclusivamente conferem título aos capítulos, numa construção criativa, original e de rara beleza. Primeiro para falar da mãe e dos seus motivos. Depois para tratar do “menininho”, a criança que teve uma vida microscópica mas que existiu. Centrou-se inicialmente em Lucia para tentar entender quem foi ela, que vida teve, quais as razões que a conduziram a matar o seu menino. Fê-lo a partir do nome e das suas relações, seguindo o sugerido por Ginzburg e Poni num trabalho clássico sobre a *microstoria*. E a partir dela e do filho guiou o leitor através de um universo caleidoscópico de problemas, tal como acima se enunciou.

A terceira parte intitula-se “A JUSTIÇA”. Em três capítulos analisa-se a sentença do processo, o acompanhamento das horas finais de Lucia e o significado de todo o ritual de execução, bem como do processo individual e comunitário de arrependimento e perdão associado a um acto de condenação à morte.

Tudo isto é servido por uma imperial erudição que vai de Aristóteles, Platão, Ovídeo, Lucrécio, Paulo, Agostinho, Jerónimo, Tomás de Aquino, Catarina de Siena, Petrarca, Antonino de Pierozzo, Marsilio Ficino, Aldo Manuzio, Pomponazzi, Maquievel, Erasmo, Calvino, Lutero, Zwinglio, Vesálio, Bodin, Baruch Spinoza, Kant, Freud, Mauss, Wittgenstein ou Habermas, só para dar alguns exemplos de uma impressionante galeria. O que é esperável de um autor que ocupa um lugar ímpar na historiografia italiana e que já produziu obras incontornáveis, algumas das quais, estranhamente não indicadas ao leitor na brevíssima e até incorrecta apresentação biográfica que dele se faz no livro. Incorrecta, pois Prosperi é professor na Scuola Normale Superiore (Pisa) e não na Universidade de Pisa. E incompreensível não referir o monumental *Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari* (1996), ou o recente *Giustizia bendata. Percorsi storici di un'immagine* (2008), tanto mais que este até se anuncia, de certo modo, na terceira parte do livro que agora se recenseia. Aliás, se em geral a tradução é de bom nível, há alguns detalhes a corrigir: “obstetras” por “parteiras” ao longo de todo o texto, em português não se diz “portar um nome” (p. 103), nem “cortejo”

por “cortejamento” (p. 132), não existiam “vice-párocos” mas coadjutores (p. 242), “Lovanio” é Lovaina (p. 268), a proposta de tradução latina da obra de Erasmo, *Enchiridion militis christiani* é inapropriada. Sugeriu-se “O punhal do cristão militante” o que não é aceitável, o mais acertado seria “O manual do cavaleiro cristão” (p. 332).

O estudo traz ainda algumas desafiantes conclusões, como a de que a teologia católica foi incapaz de congeminar uma solução para resolver o problema de encontrar para a alma dos recém-nascidos mortos sem baptismo um lugar adequado no Além (p. 339). Apesar de algumas das propostas interpretativas carecerem de fundamentação mais sólida. Por exemplo, p. 44 diz-se que “é indiscutível que as mulheres acusadas por bruxaria eram, em sua maioria, parteiras”, quando não há estudos que estatisticamente o comprovem. Mas as críticas são pontuais. Estranha-se que ao referir a brandura que caracterizou as inquisições espanhola e romana relativamente à repressão da bruxaria não se tenha referido a mais branda de todas elas nesta matéria: a portuguesa (p. 47). Nem sempre se entende a justificação de algumas incursões, que talvez excedam um pouco a necessidade de contextualização que a história reclamava. Por exemplo, o debate pós-tridentino, entre o catolicismo e o protestantismo, a propósito do celibato sacerdotal não é imprescindível para perceber as posições do padre que manteve relações com Lucia. Por vezes, deslumbrado pela torrente do pensamento de certos autores, Prospero esquece-se de indicar a fonte exacta onde o colheu (na p. 251 relativamente a uma afirmação de Wittgenstein, ou a p. 258-259 a propósito de Spinoza). O problema maior, mas de impossível solução tal como a obra foi pensada, é o da não compartimentação mais clara do conhecimento aqui revelado. Esta não é obra para principiantes e ao revisitá-la para reencontrar uma informação específica, exigir-se-á ao leitor grande memória ou a realização de uma cuidadosa e pessoal cartografia dos temas abordados.

Paradoxalmente, apesar da genialidade do livro, constata-se, no final da leitura que, objectivamente, o historiador, pode saber menos da vida de Lucia do que sobre o dia que antecedeu a sua morte e o momento da sua execução. Esse momento, onde também ficou clara a profunda distância entre o estado de necessidade que a levava a cometer o infanticídio e a resignação e piedade com que disse “Jesus” antes de morrer. Mesmo que

essa palavra fosse o resultado de uma “teatralidade obrigatória” que exigia comportamentos apropriados, preparados pela “arte dos consoladores da morte dos condenados”. Mesmo que as “frases do protagonista lhe fossem sopradas previamente” (p. 400). Pois, por paradoxal que isso possa parecer aos olhos da cultura sobre a morte hoje dominante nas sociedades ocidentais, ao morrer assim, Lucia redimia-se. Morria para se salvar e purificar a comunidade, tal como sucedera com a morte do seu Cristo. Lucia “dava de novo a alma”, tal como no princípio da vida a dera pelo baptismo (p. 401). E assim se fechava um ciclo aproveitado pelo autor, na morte/no fim, para voltar ao princípio da história, para voltar ao princípio do livro e para colocar o leitor perante a mais axial de todas as questões: dar a alma. Um dos livros de História que até hoje mais me fascinou e com o qual aprendi tanto da vida. É que também eu, de novo neste livro, fui um dos estudantes de Adriano Prosperi.

*José Pedro Paiva*

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC  
lejpaiva@fl.uc.pt

**PELLEGRINO, B. (dir.) – *Ordini religiosi, santi e culti tra Europa, Mediterraneo e Nuovo Mondo (secoli XV-XVII)*. Galatina (LE): Congedo, 2009, 2 vols., 786 p.**

Qual foi o papel das ordens religiosas na promoção dos santos e das devoções entre o Velho e Novo Mundo? É possível analisar comparativamente a contribuição da hagiografia no processo de construção das identidades sociais, políticas e culturais entre o medievo e a modernidade? Quem foram os intermediários privilegiados para responder espiritual e materialmente aos desafios colocados pela repentina irrupção de uma parte ignota e numerosa da humanidade, que durante séculos vivera para além das fronteiras conhecidas da Igreja? Quais eram as estratégias e práticas adequadas para conquistar espiritualmente indivíduos e comunidades tão diferentes entre si nos planos geográfico, cultural, religioso e até no plano jurídico? E quais foram as linguagens político-culturais que se propagaram da Europa mediterrânica até